PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 2018

(Dos Senhores Odorico Monteiro, Valtenir Pereira e Outros)

Susta a Portaria do Ministério da Saúde nº 83, de 10 de janeiro de 2018, que institui o PROFAGS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Com fulcro no art. 49, inciso V, da Constituição Federal e no art. 109, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, fica sustada a aplicação da Portaria do Ministério da Saúde nº 83, de 10 de janeiro de 2018, que institui o Programa de Formação Técnica para Agentes de Saúde (PROFAGS), para oferta de curso de formação técnica em enfermagem para Agentes Comunitários de Saúde e para Agentes de Combates às Endemias, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) e os Agentes de Combate às Endemias (ACEs) desempenham atividades completamente diferentes daquelas relacionadas aos Técnicos de Enfermagem, mas, ressalte-se, igualmente importantes.

A prevenção de doenças e a promoção da saúde são garantias constitucionais que se vinculam à economia e ao desenvolvimento do país, uma vez que se gasta bem menos com a adoção de medidas profiláticas de saúde e sanitárias.

As funções desempenhadas diariamente pelos ACSs e pelos ACEs envolvem ações domiciliares individuais ou coletivas na promoção da saúde preventiva, na atenção básica em saúde e no controle de agravos.

Esses valorosos agentes de saúde procuram conscientizar as pessoas da necessidade de realizar consultas e exames periódicos, tomar as vacinas anuais e identificam pessoas com sinais ou sintomas de doenças as encaminhando à unidade de saúde.

Já os ACEs são fundamentais no controle e erradicação de vetores, através de uso químico, biológico e ensinando à população local quais são as medidas protetivas capazes de evitar contaminação de doenças infecciosas. Importante destacar também, que as duas classes de agentes são responsáveis por repassar informações demográficas e socioculturais para as autoridades competentes, pois, a partir delas que ações públicas implementadas.

O ofício do Técnico de Enfermagem é bem diferente, eles têm formação acadêmica em curso técnico de dois anos que inclui ensinamentos teóricos e práticos fundamentados em saberes básicos anatômicos e fisiológicos, os capacitando em aplicação de medicação venosa e muscular, manuseio de dispositivos, aspiração de secreções, dentre outros procedimentos. Outro ponto diferencial é o seu local de trabalho que é dentro da unidade de saúde ao qual está vinculado e não no domicílio, como no caso dos ACSs e dos ACEs em virtude das características próprias dos seus serviços.

Essa Portaria MS nº 83/2018 é **inconstitucional e ilegal**

no ponto de vista que transformando em técnicos de enfermagem os ACSs e ACEs, que cumprem através do seu trabalho o papel do Estado com relação à redução do risco de doença e agravos, conforme assim determinam o Art. 196 da Constituição Federal e o § 1º, Art.2º da Lei 8080 / 1990 (Lei Orgânica do SUS):

CF:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Lei 8080/90:

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Como já mencionado em parágrafo anterior, o custo da prevenção é bem menor do que o tratamento da doença para o SUS. Podemos citar como exemplo caso recente no Brasil: a Zika que ocasionou nascimento de inúmeras crianças com microcefalias, onde aí sim provoca gastos altos para a saúde com tratamento e até mesmo pensão vitalícia para as vítimas por negligência do Estado. Reportagem do Jornal O Globo do dia 30/03/2017 mencionou que o

Ministério da Saúde havia liberado R\$ 135 milhões de reais em pesquisa e centros de reabilitação para estimulação de crianças com microcefalia e outras alterações relacionadas ao vírus da Zika.

Em razão da descentralização da saúde em 2009 a vigilância sanitária passou a ser de responsabilidade exclusiva dos municípios, os quais, em sua grande maioria, não conseguiram financeiramente manter em seus quadros de funcionários os ACEs e os ACSs, o que pode ter ocasionado o não direcionamento para implantação de ações públicas de saúde.

Para corrigir tal equívoco, em 2006, através da Emenda Constitucional 51, essas categorias profissionais foram inseridas na Constituição Federal, autorizando os gestores locais do SUS os admitir, competindo à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o pagamento do piso salarial.

Essa mesma emenda Constitucional, determinou também que lei federal disporia sobre o regime jurídico, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades, o que torna exorbitante o Ministério da Saúde dispor por portaria implantação de curso de enfermagem na carreira dos ACSs e dos ACEs.

Diante do exposto, constatada a ilegalidade e exorbitância do poder executivo federal, mediante a Portaria nº 83/2018, do Sr. Ministro da Saúde, pedimos apoio dos nossos ilustres pares para sustar referido ato normativo.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2018.

Deputado Odorico Monteiro
PSB / CE

Deputado Tadeu Alencar
PSB / PE

Deputada Carmem Zanotto
PPS / SC

Heitor Schuch
PSB/RS

Deputado Rodrigo Martins
PSB / PI

Deputado Valtenir Pereira
PMDB / MT

Deputada Conceição Sampaio
PP / AM

Deputado Mandeta
DEM / MS